



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_ de 2018  
(Da Comissão de Minas e Energia)**

Solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia que requeira ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração explicações sobre a motivação da publicação de Consulta Pública da Minuta de Resolução dos Procedimentos de Disponibilidade de Áreas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no § 2.º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115, inciso I, e 116, do Regimento Interno desta Casa, em atendimento ao Requerimento nº 68, de 2019, de autoria do Deputado Ricardo Izar, aprovado em Reunião Ordinária Deliberativa realizada nesta data, solicito a Vossa Excelência que sejam requeridas informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia no sentido de esclarecer a motivação que levou a Agência Nacional de Mineração - ANM, a publicar no último dia 18 de junho do corrente ano, consulta Pública sobre Minuta de Resolução da ANM de Procedimentos de Disponibilidade de Áreas, ou seja, áreas que irão ser colocadas em Leilão Público.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

## **JUSTIFICAÇÃO**

No último dia 18 de junho do ano de 2019 o Setor Mineral Brasileiro foi surpreendido com uma publicação feita pela Agência Nacional de Mineração a qual submetia para consulta pública uma Minuta de Resolução ANM de Procedimentos de Disponibilidade de Áreas. Vale ressaltar que a Câmara dos Deputados está, justamente, nesse período recebendo nomes de Parlamentares que irão compor a Comissão Especial que discutirá os termos do novo Marco Regulatório da Mineração. Lembro ainda que no último dia 12 de junho do corrente ano foi instalada a Frente Parlamentar Mista de Mineração com mais de duas centenas de Parlamentares subscrevendo a mesma.

Causa estranheza que a Agência Nacional de Mineração tenha tanta pressa em disponibilizar áreas justamente antes que seja discutida pela Comissão Especial e pela Frente Parlamentar Mista da Mineração as novas regras para o setor mineral brasileiro.

Considerando ainda que, hoje aguardam soluções pela Agência Nacional de Mineração mais de 200 (duzentos) mil processos minerários e ainda, sem estudos de impacto econômico, o que significa que a justificativa para Leilão de Áreas para promover o desenvolvimento da mineração nacional não se sustenta.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Um dos setores mais estratégicos para a economia brasileira é a mineração e deve ser tratada de forma estratégica pelo Governo Brasileiro.

Afinal as jazidas minerais brasileiras são bens nacionais finitos e merecem a atenção de todos os brasileiros.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2019.

**Deputado Silas Câmara**

Presidente